

Lisboa e Vale do Tejo. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

22 de Setembro de 2006. — A Directora da Unidade de Recursos Humanos, *Rosa Maria Reis*.

Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Viseu

Despacho (extracto) n.º 20 845/2006

Por despacho de 10 de Agosto de 2006 do adjunto do director do Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Viseu, foi Maria Helena Santos, servente do quadro de pessoal do ex-Centro DSS Centro — Centro DSS Viseu, exonerada, a seu pedido, nos termos do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com efeitos a 27 de Agosto de 2006. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

28 de Setembro de 2006. — O Director, *Manuel João L. F. Dias*.

MINISTÉRIOS DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL E DA EDUCAÇÃO

Despacho n.º 20 846/2006

O Decreto-Lei n.º 208/2002, de 17 de Outubro, conjugado com a Portaria n.º 1082-A/2001, de 5 de Setembro, rectificada pela Declaração de Rectificação n.º 20-BD/2001, de 10 de Novembro, e com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 286-A/2002, de 15 de Março, atribui à Direcção-Geral de Formação Vocacional (DGFV) a concepção e a organização de um sistema nacional de reconhecimento, validação e certificação de competências, bem como a proposta de instalação de centros de reconhecimento, validação e certificação de competências (centros RVCC), a integrar a respectiva rede nacional.

Considerando que, no âmbito do Plano Nacional de Emprego e do Plano Tecnológico, a Iniciativa Novas Oportunidades prevê a expansão da rede de centros RVCC, nomeadamente, através de escolas ou sedes de agrupamento da rede escolar pública, de centros de formação do Instituto do Emprego e Formação Profissional, bem como de estruturas ministeriais que favoreçam o acesso, aos funcionários do Estado nelas inseridos, a uma oferta complementar de alcance significativo no domínio da valorização profissional;

Considerando a necessidade de diversificação da tipologia e áreas de actuação das entidades promotoras de centros RVCC, de modo a captar potencialidades alternativas inerentes aos diferentes percursos pelas mesmas prosseguidos e, assim, alcançar os objectivos traçados de promoção da qualificação da população activa do País, em conformidade com as orientações políticas proclamadas pelo XVII Governo Constitucional, designadamente, ao abrigo da referida Iniciativa Novas Oportunidades, compreendida no Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego 2005-2008, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 183/2005, de 28 de Novembro;

Considerando que, nos termos do Regulamento do Processo de Acreditação de Entidades Promotoras de Centros RVCC, anexo à Portaria n.º 1082-A/2001, de 5 de Setembro, rectificada pela Declaração de Rectificação n.º 20-BD/2001, de 10 de Novembro, e com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 286-A/2002, de 15 de Março, os centros são criados por despacho conjunto dos Ministros da Educação e do Trabalho e da Solidariedade Social, sob proposta da DGFV, de entre entidades previamente acreditadas:

Nos termos dos artigos 16.º e 31.º do Decreto-Lei n.º 208/2002, de 17 de Outubro, conjugados com o artigo 10.º do Regulamento supracitado, determina-se o seguinte:

1 — São criados, para funcionarem, a partir de 2006, em acréscimo à rede já existente, os seguintes centros de reconhecimento, validação e certificação de competências promovidos por entidades previamente acreditadas, mencionados por ordem alfabética:

ADEMINHO — Associação para o Desenvolvimento do Ensino Profissional do Alto Minho Interior — Escola Profissional do Alto Minho Interior;

Agrupamento de Escolas da Mota — Celorico de Basto;

Agrupamento de Escolas da Sertã;

Agrupamento de Escolas do Alandroal;

Agrupamento de Escolas de Arraiolos;

Agrupamento de Escolas de Pampilhosa — Mealhada;

Agrupamento n.º 3 de Beja — Santiago Maior;

CEARTE — Centro de Formação Profissional do Artesanato — Coimbra;

CEFPI — Centro de Educação e Formação Profissional Integrada — Porto;

CENCAL — Centro de Formação Profissional da Indústria da Cerâmica — Caldas da Rainha;

CENFIM — Centro de Formação Profissional da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica — Arcos de Valdevez;

CESAE — Centro de Serviços e Apoio às Empresas — Porto;

CFPSA — Centro de Formação Profissional para o Sector Alimentar — Odivelas;

CICCOPN — Centro de Formação Profissional para a Indústria de Construção Civil e Obras Públicas do Norte — Maia;

CINEL — Centro de Formação Profissional da Indústria Electrónica — Porto;

CINFU — Centro de Formação Profissional da Indústria de Fundição — Porto;

CITEX — Centro de Formação Profissional da Indústria Têxtil Vila das Aves;

CIVEC — Centro de Formação Profissional da Indústria de Vestuário e Confecção — Santarém;

DOUROCABE — Formação Profissional em Beleza, L.^{da} — Porto;

Escola Básica 2,3/S Dr. João de Brito Camacho — Almodôvar;

Escola Básica dos 2.º e 3.º Ciclos de Elvas;

Escola Básica Integrada de Montargil — Ponte de Sor;

Escola Secundária Alves Redol — Vila Franca de Xira;

Escola Secundária com 3.º Ciclo António Sérgio — Vila Nova de Gaia;

Escola Secundária com 3.º Ciclo da Amora — Seixal;

Escola Secundária com 3.º Ciclo da Batalha;

Escola Secundária com 3.º Ciclo de Amarante;

Escola Secundária com 3.º Ciclo de Camarate — Loures;

Escola Secundária com 3.º Ciclo de Figueiró dos Vinhos;

Escola Secundária com 3.º Ciclo de Póvoa de Lanhoso;

Escola Secundária com 3.º Ciclo de Santa Maria da Feira;

Escola Secundária com 3.º Ciclo de Vila Real de Santo António;

Escola Secundária com 3.º Ciclo do Rodo — Peso da Régua;

Escola Secundária com 3.º Ciclo Dr. Joaquim de Carvalho — Figueira da Foz;

Escola Secundária com 3.º Ciclo Dr. Joaquim Gomes Ferreira Alves — Vila Nova de Gaia;

Escola Secundária com 3.º Ciclo Dr. Jorge Augusto Correia — Tavira;

Escola Secundária com 3.º Ciclo Fernando Namora — Condeixa-a-Nova;

Escola Secundária com 3.º Ciclo Fernão de Magalhães — Chaves;

Escola Secundária com 3.º Ciclo Inês de Castro — Vila Nova de Gaia;

Escola Secundária com 3.º Ciclo Tomaz Pelayo — Santo Tirso;

Escola Secundária de Cacilhas — Tejo — Almada;

Escola Secundária de Coruche;

Escola Secundária de Júlio Dantas — Lagos;

Escola Secundária de Oliveira do Bairro;

Escola Secundária de Santo André — Barreiro;

Escola Secundária de Silves;

Escola Secundária de Valença;

Escola Secundária Dr. Manuel Candeias Gonçalves — Odemira;

Escola Secundária Emídio Navarro — Viseu;

Escola Secundária Gago Coutinho — Vila Franca de Xira;

Escola Secundária Jaime Cortesão — Coimbra;

Escola Secundária Martinho Árias — Soure;

FDTI — Fundação para a Divulgação das Tecnologias de Informação — Delegação Distrital de Lisboa;

Secretaria-Geral do Ministério da Educação.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua assinatura.

5 de Setembro de 2006. — O Secretário de Estado do Emprego e da Formação Profissional, *Fernando Medina Maciel Almeida Correia*. — O Secretário de Estado da Educação, *Valter Victorino Lemos*.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 20 847/2006

1 — Nos termos e ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 188/2003, de 20 de Agosto, nomeio, em comissão de serviço, para o exercício das funções de presidente do conselho

de administração do Hospital de Sobral Cid, o licenciado Fernando José Ramos Lopes de Almeida, cujo perfil e aptidão para o desempenho do cargo são evidenciados na sinopse curricular que se anexa ao presente despacho, dele fazendo parte integrante.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 25 de Setembro de 2006.

22 de Setembro de 2006. — O Ministro da Saúde, *António Fernando Correia de Campos*.

Sinopse curricular

Fernando José Ramos Lopes de Almeida nasceu em 11 de Novembro de 1956, no Luso, Angola, casado, com três filhos.

Formação:

Licenciatura em Medicina, concluída em 1981;

Inscrito na Ordem dos Médicos (Centro), com a cédula profissional n.º 24 259.

Títulos profissionais:

Chefe de serviço da carreira médica de saúde pública;

Grau de consultor da carreira médica de saúde pública;

Colégio da especialidade de saúde pública;

Certificado de aptidão profissional de formador;

Competência para gestão dos serviços de saúde, pela Ordem dos Médicos.

Exercício profissional:

Director do Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge;

Assessor do governador civil de Coimbra;

Autoridade de saúde-adjunto no concelho de Coimbra;

Vogal médico da C. I. da Administração Regional de Saúde de Coimbra;

Chefe de divisão de Apoio Técnico;

Director de serviços de Saúde da Sub-Região de Saúde de Coimbra;

Vogal do conselho de administração da Administração Regional de Saúde do Centro;

Assessor do delegado regional de Saúde do Centro;

Adjunto do coordenador do Centro Regional de Saúde Pública do Centro;

Coordenador da Sub-Região de Saúde de Coimbra;

Coordenador da Comissão Distrital de Luta contra a Sida de Coimbra;

Membro do grupo médico do conselho consultivo da Comissão Nacional de Luta contra a Sida.

Formação/docência:

Prefector da cadeira de Introdução à Saúde da Comunidade — 2.º ano do curso de Medicina da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra;

Prefector e tutor no estágio orientado e programado de Saúde Pública do 6.º ano de Medicina;

Titular da cadeira de Gestão e Economia da Saúde, licenciatura, do curso de Saúde Ambiental (1999-2000) na Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Coimbra;

Titular da cadeira de Fundamentos de Ecologia, do 1.º ano do curso de Higiene e Saúde Ambiental, desde 1991 a 2002, na Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Coimbra;

Titular da cadeira de Investigação e Epidemiologia, do 3.º ano do curso de Saúde Ambiental, desde 1991, na Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Coimbra;

Responsável pela disciplina Defesa do Consumidor, Saúde Pública e Protecção do Património — módulo de Saúde Pública, no curso de formação de polícia municipal no CEFA;

Responsável pela disciplina Abastecimento Público, Mercados e Defesa do Consumidor, no curso de formação de fiscais municipais no CEFA.

Despacho n.º 20 848/2006

1 — Nos termos e ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 188/2003, de 20 de Agosto, nomeio, em comissão de serviço, para o exercício das funções de vogal do conselho de administração do Hospital de Sobral Cid, a licenciada Maria Paula Cabral de Vilhena Martins Pires, cujo perfil e aptidão para o desempenho do cargo são evidenciados na sinopse curricular que se anexa ao presente despacho, dele fazendo parte integrante.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 25 de Setembro de 2006.

22 de Setembro de 2006. — O Ministro da Saúde, *António Fernando Correia de Campos*.

Curriculum vitae

Identificação e formação profissional e universitária — Maria Paula Cabral de Vilhena Martins Pires, licenciada em Direito, advogada, cédula profissional n.º 6472, administrador hospitalar, desde 1975, com curso de pós-graduação pela Escola Nacional de Saúde Pública.

Actividade profissional — técnica superior da Direcção-Geral dos Hospitais, desde Agosto de 1973; adjunto de administração do Hospital de Sobral Cid; administradora hospitalar do Hospital de Sobral Cid, desde 1975; integrada no quadro único de administradores hospitalares em 1983 como administrador do grau II, a exercer o lugar de administrador de 1.ª classe, em comissão de serviço, no Hospital de Sobral Cid; membro dos conselhos de gerência do Hospital de Sobral Cid por mandatos sucessivos, primeiro por eleição, depois por inerência; administradora de 1.ª classe dos Hospitais da Universidade de Coimbra (HUC), após realização de concurso em que obteve o 1.º lugar (*Diário da República*, 2.ª série, n.º 36, de 13 de Fevereiro de 1986), onde ingressou em 9 de Outubro de 1986. Ensaia-se na altura um novo modelo de gestão por áreas, embrião dos hodiernos centros de responsabilidade, tendo-nos sido atribuída a área das cirurgias e especialidades cirúrgicas.

Grupos de trabalho — grupo de estudo e planeamento de psiquiatria; grupo para a criação de um centro de investigação e educação permanente em psiquiatria social; grupo para a elaboração de critérios uniformes para a elaboração de quadros hospitalares em 1981; grupo para a implementação do Serviço Nacional de Saúde em quatro distritos piloto: Guarda, Vila Real, Beja e Portalegre, em 1983, por despacho do Ministro dos Assuntos Sociais, Dr. António Arnaut; grupo de formação descentralizado a nível distrital; grupo do protocolo de revisão de utilização médico-cirúrgica nos HUC; grupos de criação de vários serviços nos HUC.

Reuniões científicas — desde 1974 que frequenta acções de formação em diversas áreas de gestão, curso de estudos europeus e participação em congressos, seminários, simpósios com apresentação de várias comunicações, trabalhos e *posters*, cursos na área de gestão e conectados com a minha actividade profissional, médicos e outros na área da saúde.

Actividade docente — leccionou em escolas de enfermagem, administração hospitalar na Escola Nacional de Saúde Pública, institutos politécnicos de saúde, colaboração na formação de vários profissionais do Hospital de Sobral Cid, dos HUC e outros hospitais.

Trabalhos publicados — da contribuição de educação permanente num processo de gestão de pessoal hospitalar — tese de administração Hospitalar, Dezembro de 1974; «Algumas reflexões a propósito da humanização num hospital — quatro anos de actividade no Hospital de Sobral Cid», in *Revista de Psiquiatria Clínica*; «Estatuto do doente e seus direitos — alguns aspectos paradoxais da liberdade em hospital psiquiátrico», in *Revista de Psiquiatria Clínica*; «Working in psychiatry: ten gratifying years of change», in *International Hospital Federation, Year Book*, 1985; «Manual do acolhimento do doente nos HUC», in *Coimbra Médica*, 1991; «Algumas reflexões para a imagem dos HUC», in *Coimbra Médica*, 1992; «Os HUC e a mudança do século», *poster* apresentado no II Encontro Nacional de Inovação em Saúde, 1998; «A importância do trabalho em equipa no hospital» — in *BISE*, 1999.

Mérito profissional — louvor público, mediante proposta do director-geral de DRHS, dado pelo Secretário de Estado da Saúde, em 1981, in *Diário da República*, 2.ª série, n.º 120, de 26 de Maio de 1981.

Membro de sociedades científicas — sócio titular da Sociedade Portuguesa de Psiquiatria Social, desde 1974; membro das Good Practices on Mental Health, 1984; sócio fundador da Associação Portuguesa de Administradores Hospitalares; sócio da Associação Portuguesa de Informática Médica; membro da Federação Internacional dos Hospitais, desde 1985; membro da Associação Portuguesa da Economia da Saúde.

Secretaria-Geral

Aviso n.º 11 170/2006

Nos termos do disposto no artigo 37.º da Portaria n.º 183/2006, de 22 de Fevereiro, e no artigo 5.º do despacho n.º 17 743/2006, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 186, de 31 de Agosto de 2006, torna-se pública a abertura do processo de candidatura à realização da prova de comunicação médica.

1 — Da prova — a prova de comunicação médica visa avaliar, exclusivamente, a capacidade de compreensão e comunicação dos candidatos à prova de seriação de acesso ao internato médico, no âmbito do diálogo entre o médico e o doente.